

O CONCEITO DE “DIFERENTE” NO PROCESSO DE INCLUSÃO E SUA RELAÇÃO COM OS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS

Ana Lúcia Mandacarú Lobo

RESUMO - Este trabalho visa a analisar o conceito de “diferente” dentro de nossa cultura e, a partir daí, localizar e situar o deficiente dentro das questões sociais e culturais que interferem diretamente no processo de inclusão escolar. Este tipo de análise nos leva a refletir sobre os diferentes campos de ação – deficiente, família, escola e sociedade - que envolvem este processo, bem como constatar a complexidade de sua intrincada rede de ações e associações.

UNITERMOS: Portadores de deficiência; inclusão escolar; campos de ação; sociedade; cultura.

Há muitos anos participei de uma palestra proferida por nossa colega, a querida filósofa e psicopedagoga Aglael Borges, que foi de extrema importância para mim. Nessa palestra, a Dra. Aglael falava a respeito do homem e questionava todo o tipo de intervenção, classificação e tentativa de compreensão do sujeito sem que se levasse em conta o “homem” de quem se fala. “De que homem falamos?”, perguntava a Prof. Aglael para um público silencioso. Fiquei muito bem impressionada com as palavras e também com a proposta de reflexão por ela apresentada, e confesso que até hoje elas me fazem um grande e profundo sentido. Quem é o homem que está por trás de tudo o que pensamos e estudamos? Não há como pensar no homem sem que saibamos quem ele é, do ponto de vista filosófico.

Partindo deste questionamento, penso que toda intervenção deva ser adequada ao tipo de homem com o qual se trabalha. Para que uma

intervenção seja realmente eficaz, ela deve levar em consideração a natureza do homem: o que ele faz, sua esfera de interesses, sua cultura, seus parâmetros, seu modo de se relacionar com o mundo e com tudo o que nele existe.

Creio que podemos considerar a inclusão como uma intervenção e, assim sendo, devemos levar em consideração a natureza humana de tal processo, tal como foi proposto acima. Porém, ao fazermos isso, nos deparamos com uma relação de extrema complexidade, devido à sua natureza plural. A estrutura do processo de inclusão compõe-se por diferentes campos de ação humana que, para fins de uma breve análise, penso podermos distinguir três: o social, o familiar e o individual. Dentro do campo social, encontramos a escola, os professores, os novos colegas, as novas atividades, que também podem ser consideradas aqui como campo de inclusão; no campo familiar, encontramos a família do deficiente com as suas dificuldades, angústias,

Ana Lúcia Mandacarú Lobo - Psicóloga,
Psicopedagoga, Mestre em História Social pela USP,
Conselheira da ABPp.

Correspondência
Rua Gabriel de Brito 410 – Cep 05411-010
São Paulo – SP - analobo@uol.com.br

esperanças, relutâncias, temores. Dentro do campo individual, encontramos o deficiente, que é o sujeito da intervenção. Cada um destes campos possui, como se pode observar, natureza distinta e, apesar disso, encontram-se juntos em um ponto de intersecção dentro do processo de inclusão.

Aparentemente, este espaço de intersecção parece não somente natural como também adequado e somente problematizamos este espaço quando observamos a natureza humana de seus componentes. No que diz respeito aos elementos componentes do campo social, podemos nos perguntar, dentro de um espectro amplo, se a instituição escolar tem, de fato, disponibilidade e abertura para participar deste processo de inclusão. A resposta para esta pergunta residirá nas possibilidades interventivas da direção da escola e na capacidade e disponibilidade interna de cada um de seus membros: diretores, professores, alunos, serventes, pais. Quanto aos elementos componentes do campo de ação familiar¹, podemos nos perguntar se a família tem, de fato, interesse em verificar e possibilitar o crescimento de seu filho através da ampliação de seu campo de ação. Vemos, então, que a resposta para esta questão residirá na disponibilidade da família concebida como um todo e de cada membro que a compõe. Se fizermos este mesmo tipo de questionamento em relação ao campo individual, encontraremos questões ainda mais complexas, uma vez que ele é o elemento causador dos questionamentos: é o representante maior do processo e é sobre ele que recaem todas as expectativas, inclusive e principalmente as dele para com ele mesmo.

Percebemos, então, que não basta apenas criar uma regra, uma lei, um projeto que viabilize objetivamente o processo de inclusão. É preciso também criar uma estrutura de sustentação de ordem subjetiva², a fim de que o sujeito da inclusão – o deficiente – não seja coisificado, transformado em um objeto de inserção dentro do processo como um todo.

E assim, ao pensarmos na questão da natureza humana, esbarramos em questionamentos filosóficos, pois temos que refletir sobre a conduta

objetiva e subjetiva que deve ser adotada em um determinado processo. Vale a pena salientar um pensamento de Kant acerca da moralidade – universalidade dos princípios, regras, condutas e legislações sociais – e da eticidade – aplicação dos preceitos universais aos individuais, a moralidade objetiva:

“O homem, com efeito, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para a tornar eficaz in concreto no seu comportament”.³

Esta citação de Kant, porém, nos leva a uma outra possibilidade de análise da situação: ele nos indica que há um comprometimento entre a relação objetiva e subjetiva de qualquer processo. Bem, se este comprometimento ocorre em qualquer processo, temos que analisar o processo tentando verificar qual é o elemento – seja ele objetivo ou subjetivo – que o compromete, qual é o elemento que desequilibra esta relação. Ainda dentro de uma análise generalista, podemos dizer que este elemento é o “diferente”, é aquilo que de alguma forma é estranho aos outros elementos. O “diferente” é, portanto, o elemento desequilibrador de qualquer situação, de qualquer campo de ação. Como exemplo, podemos citar várias situações de nosso cotidiano: o ingresso de um novo professor em uma escola provoca movimentos de alteração de comportamento não apenas nos alunos, como também no grupo de colegas professores e, não nos esqueçamos, gera expectativas e alterações em seu próprio comportamento; uma pessoa com piercings representa o diferente, assim como o punk, a arte moderna e a música dodecafônica o foram e, talvez possamos dizer, que ainda o são. É fato que cada movimento histórico revolucionário, bem como literário ou artístico, se revelou exatamente por ocupar o lugar da “diferença”. Chegamos à conclusão, então, que a estrutura social como um todo teme, estranha, repudia (ainda que em alguns casos somente a princípio) o “diferente”, ao mesmo tempo em que somente as pessoas que se desviam do caminho “comum a todos” conseguem criar algo efetivamente novo. Penso que este é um dos

aspectos mais interessantes deste raciocínio: a inserção do diferente em um sistema propicia a inovação, o crescimento, a criação de novos elementos, a reflexão.

Transferindo estas idéias para a análise do processo de inclusão, verificamos que a inserção do "diferente" dentro de nossos campos de ação se faz através do deficiente. Penso que este fator é de extrema importância, pois nos esclarece que o deficiente não é o elemento desequilibrador em si; ele é, neste caso, o representante do "diferente" dentro de um sistema pré-ordenado. Sem dúvida, é preciso distinguir aqui o deficiente dos exemplos expostos acima, uma vez que ele não procurou criar elementos de diferença; ele nasceu com determinadas características que o levam a ocupar, com maior ou menor facilidade, o lugar da "diferença".

Nosso quadro de análise torna-se, então, bastante complexo. Os campos de ação, considerados aqui como sistemas que se inter-relacionam, sofrem alterações subjetivas e objetivas dentro do processo de inclusão de um aluno deficiente em uma escola não especializada. Como pudemos verificar do ponto de vista teórico, podemos dizer que, objetivamente, o sucesso do processo dependerá da disponibilidade e capacidade de absorção do "diferente" em seus respectivos campos de ação e, subjetivamente, da disponibilidade e capacidade de internalização e comunicação saudável com o "diferente" dentro de cada uma das pessoas envolvidas no processo. Não é difícil concluirmos aqui que ao final de vários processos de inclusão encontraremos tanto resultados positivos como negativos, experiências boas e experiências ruins. E esta variação de resultados ocorrerá enquanto o processo de inclusão existir como um processo de implantação do "diferente". Provavelmente, à medida que o processo de inclusão se torne um processo habitual, absorvido pelos sistemas que o compõem bem como pela sociedade como um todo – fato que demandará algum tempo – o impacto da "diferença" tenderá a diminuir paulatinamente de intensidade, tanto em seus aspectos objetivos quanto subjetivos. Toda a reflexão até aqui desencadeada vem dar suporte e justificar a

importância e a necessidade da implantação deste processo de modo mais abrangente em nossa sociedade.

Porém, é importante que possamos refletir sobre quais seriam as possibilidades de intervenção neste processo, a fim de que seu resultado, independentemente do fato de vir a ser positivo ou negativo, possa vir a ser trabalhado e melhor compreendido dentro de seus campos de ação, ou seja, é importante questioná-lo em seus pontos mais delicados. Há um mito grego especialmente interessante, o mito de Procusto, o qual vem ilustrar adequadamente esta questão:

*"Procusto é o sobrenome de um bandido, chamado também de Damastes e Polipemón, que vivia no caminho de Mégara a Atenas. Procusto possuía dois leitos, um pequeno e um grande, e obrigava os viajantes a deitarem-se em um deles: os de alta estatura, no leito menor – e para adaptá-los à cama lhes cortava os pés –, os de baixa estatura, no leito maior – e então os estirava violentamente para alongá-los"*⁴.

O mito grego deste bandido apresenta-se aqui como uma referência ilustrativa e metafórica à dinâmica do processo de inclusão: talvez, para algumas crianças, famílias ou instituições, a experiência da inclusão venha a ser sentida como uma cama de Procusto, exatamente por que se desenvolvem a partir de parâmetros estranhos àquele ambiente e às pessoas que o compõem e, das necessidades do sujeito, ou ainda, do grupo ou da comunidade na qual está inserido.

Metaforicamente, podemos dizer que o viajante representaria tanto o sujeito da "diferença" – o deficiente estudante, trazendo sua cultura, sua história, suas representações, suas dúvidas, suas expectativas – como os sujeitos que compõem cada um dos campos de ação aqui discriminados. Cada qual se aproxima e finalmente chega até a escola – o local do encontro e intersecção dos campos de ação – de maneira diferente do outro. Alguns têm o desejo de vir, outros têm de vir porque os pais desejam que seja assim, outros simplesmente se submetem ao processo, outros simplesmente aceitam o processo. Procusto seria, portanto, a repre-

sentação do próprio processo de inclusão, muitas vezes confundida com o sujeito deficiente: aquele com o qual o professor, os alunos, a escola como um todo se depara, iniciando um processo de inter-relação que irá interferir diretamente na história de cada um.

Quando deixamos de ouvir o outro e deixamos de observar quais são suas necessidades, quando nos esquivamos de conhecer verdadeiramente a história do outro e nos afastamos do contato com sua cultura, certamente o colocamos num leito muito parecido com o de Procusto, pois tentamos, ainda que de maneira inconsciente, ajustá-lo às nossas necessidades, a supostos saberes, a uma cultura que lhes é completamente estranha e, portanto, ainda sem significado. Dentro dos aspectos que aqui analisamos até agora, podemos

dizer que nos assemelhamos a Procusto quando negamos a existência da "diferença" e tentamos agir como se a inserção do "diferente" não causasse qualquer modificação dinâmica nas relações de um sistema.

Sem dúvida, trata-se de uma situação um tanto paradoxal, mas que vem delinear a especificidade do processo de inclusão. É um processo de extrema complexidade, cuja aplicabilidade nos leva de volta a Kant. A eticidade, enquanto aplicabilidade dos princípios universais da moralidade na atitude do sujeito em relação ao mundo, possui aqui a característica de realizar-se somente em sua particularidade. A eficácia do processo de inclusão irá, então, depender dos parâmetros éticos que embasam a percepção da "diferença" e o modo como será conduzida dinamicamente sua absorção.

SUMMARY

The concept of "different" in the inclusion process and its relation with different social segments

This paper aims to analyze the concept of "different" into our culture and, thereupon, circumscribe the deficient person into social and cultural requests which has a straightforward intervention in the scholastic inclusion process. This kind of analysis leads us to reflection about the different fields of action – deficient, family, school and society – involved in this process, as well to certify the complexity of its intricate net of actions and associations.

KEY WORDS: Deficient bearer; scholastic inclusion; action fields; society; culture.

REFERÊNCIAS

1. Winnicott, DW. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo, Martins Fontes Ed., 1993.
2. Rinaldi, D. A Ética da diferença. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.
3. Kant, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa, Edições 70, 1995. p.270.
4. Grimal, P. Diccionario de mitologia griega y romana. p.454.

Trabalho desenvolvido com base na palestra "Competências psicopedagógicas e perspectivas da inclusão social", proferida no Instituto APAE, São Paulo.

*Artigo recebido em 16/01/2003
Aprovado em 14/02/2003*